

Eleição presidencial

Uma proposta óbvia

É tão pacífica a anuência geral, em todo o planeta, de que a base para o desenvolvimento, ou mesmo para a preservação da estabilidade das economias nacionais – hoje tão interligadas entre si que os problemas de umas, por menores que sejam, ameaçam o equilíbrio de todas as demais –, são os chamados fundamentos, ou seja, o equilíbrio das contas fiscais e a permanente continuidade das políticas de controle da inflação, que falta pouco para estes dois dogmas serem incluídos no rol dos direitos fundamentais da pessoa humana. É, aliás, uma aberração que ainda não tenham sido, uma vez que quase todos os outros “direitos humanos” incluídos no documento das Nações Unidas ficam ameaçados quando estes dois pressupostos fundamentais desaparecem.

• Não é por outro motivo que esta é uma discussão encerrada em todo o mundo, onde o debate sobre política econômica só é travado a partir desse denominador comum. Na última década, o poder mudou de mãos em todos os países da Europa onde governos social-democratas sucederam governos conservadores – a exceção foi a Espanha onde a mudança foi no sentido inverso – sem que, em nenhum momento, qualquer das correntes políticas em disputa pusesse em causa esses fundamentos básicos.

Os três principais países latino-americanos, excetuado o Brasil, que são México, Argentina e Chile, também acabam de passar por eleições presidenciais que resultaram em forte mudança política. No México e na Argentina, os presidentes eleitos vieram da oposição, no primeiro caso derrubando um partido que estava há mais de 70 anos no poder. No Chile, o novo presidente é da mesma frente que o antecessor, mas de outro partido, e um partido socialista. Em nenhum caso, porém, houve contestação desses fundamentos básicos da economia. Ao contrário, nos países onde a sucessão se deu em ambientes de crise econômica, como a Argentina, os partidos em disputa assinaram, um ano antes do pleito, acordos garantindo a intocabilidade desses fundamentos. No caso argentino, também o sistema cambial entrou no acordo. Por isso todos passaram pela transição sem qualquer deterioração ou mesmo sinal de instabilidade na situação econômica.

Até mesmo nos regimes socialistas restantes, como o da China e o de Cuba, embora não haja qualquer expectativa de alternância no poder,



estas questões são pontos pacíficos e, mais que isso, preocupações permanentes das autoridades, que aprenderam a não facilitar com aquilo que todos sabemos, ao fim deste século de tantas crises e retrocessos, que é tão fácil de destruir quanto é difícil de construir.

O Brasil passará por sucessão presidencial em 2002. Mas, já nos dias de hoje, empresas e bancos brasileiros que lançam títu-

los no exterior pagam alguns pontos a mais na taxa de juros se o papel vence a partir de 2003. É um prêmio pelo que se chama de “risco político” ou incerteza em relação à ação do futuro presidente, que nós somos um dos últimos povos da Terra que são obrigados a pagar.

É que o Brasil, além de ser a única democracia moderna importante onde a oposição acha que sua função é derrubar o governo, é também um dos raríssimos lugares do planeta em que ainda há quem acredite que a estabilidade é uma imposição do FMI e não um direito fundamental do povo e uma condição básica para o desenvolvimento. A reação do mercado financeiro internacional, cobrando uma taxa de ris-

co político, não é, portanto, uma perseguição ao Brasil. É uma resposta ao fato de não estar estabelecido aqui um consenso interpartidário sobre os fundamentos econômicos. É uma resposta do mundo ao fato de ainda haver por aqui candidatos cujos partidos incluem em suas plataformas eleitorais a promessa de suspender os pagamentos da dívida externa ou convocar plebiscitos para legitimar essa forma

de calote, ou até a mudança radical do regime.

Um acordo sobre pontos básicos reduziria no exterior o risco Brasil

Faz todo sentido, portanto, a proposta do ministro da Fazenda, Pedro Malan, apresentada em entrevista que pu-

blicamos ontem (página A13). Trata-se de uma proposta óbvia. O risco político aqui desaparecería, caso os principais partidos formalizassem um acordo básico em torno de, pelo menos, dois pontos: a política de metas de inflação e de manutenção do equilíbrio fiscal que, de quebra, emprestaria credibilidade aos reclamos que todos eles repetem, por avanços no quadro social do País.